

**JUSTIFICATIVA DE DISPENSA DE LICITAÇÃO**

**PROCESSO ADMINISTRATIVO Nº 71/2020  
DISPENSA DE LICITAÇÃO Nº 33/2020**

**I - DO OBJETO**

O objeto da presente dispensa de licitação é a aquisição de macacões de proteção, para enfrentamento da emergência de saúde pública de importância internacional decorrente do coronavírus (COVID-19).

**II - FUNDAMENTAÇÃO LEGAL**

A presente dispensa de licitação encontra-se respaldado no artigo 4º da Lei Federal n. 13.979/2020, *in verbis*:

Art. 4º É dispensável a licitação para aquisição de bens, serviços, inclusive de engenharia, e insumos destinados ao enfrentamento da emergência de saúde pública de importância internacional decorrente do coronavírus de que trata esta Lei. (Redação dada pela Medida Provisória nº 926, de 2020)

Desta forma, a contratação emergencial faz-se necessária em situações imprevisíveis, no caso em tela decorrente do coronavírus, que devem ser prontamente atendidas pela Administração Pública, sob pena de causar prejuízo ao interesse público primário, qual seja, o interesse socialmente protegido, sobretudo o direito à saúde.

**III - DA JUSTIFICATIVA DA DISPENSA**

A Organização Mundial de Saúde (OMS) declarou, em 11 de março de 2020, a disseminação comunitária do COVID-19 em todos os Continentes configurando pandemia. A ampla velocidade do supracitado vírus em gerar pacientes graves, acarreta os sistemas de saúde a receber uma demanda muito acima de sua capacidade de atendimento adequado.

A transmissão do coronavírus no Brasil foi considerada comunitária, conforme Portaria do Ministério da Saúde n. 454/2020, com possibilidade de aumento e agravamento de casos. O enfrentamento de uma epidemia requer a contratação de materiais e insumos de prevenção de contágio, transmissão e manejo clínico dos casos diagnosticados.

Desta forma, a Lei Federal n. 13.979, de 6 de fevereiro de 2020, dispõe sobre as medidas para o enfrentamento da emergência de saúde pública de importância internacional decorrente do coronavírus, dentre elas, a prevista no artigo 4º “É dispensável a licitação para aquisição de bens, serviços, inclusive de engenharia, e insumos destinados ao enfrentamento da emergência de saúde pública de importância internacional decorrente do coronavírus de que trata esta Lei”.

Nesse sentido, o artigo 4º-B da Lei Federal n. 13.979/2020 antevê satisfeitas as condições estabelecidas para caracterização da situação emergencial, conforme a seguir:

Art. 4º-B Nas dispensas de licitação decorrentes do disposto nesta Lei, **presumem-se atendidas** as condições de:

- I - ocorrência de situação de emergência;
- II - necessidade de pronto atendimento da situação de emergência;
- III - existência de risco a segurança de pessoas, obras, prestação de serviços, equipamentos e outros bens, públicos ou particulares; e
- IV - limitação da contratação à parcela necessária ao atendimento da situação de emergência.

Ademais, o Governador do Estado de Santa Catarina promulgou o Decreto n. 515/2020, por meio do qual declarou “situação de emergência em todo o território catarinense”, para os fins de prevenção e enfrentamento à COVID-19.

À vista disso, o Prefeito por meio do Decreto Municipal n. 135/2020 declarou situação de emergência no município de Cordilheira Alta. Diante disso, revela-se efetiva situação emergencial para a presente aquisição, uma vez que, faz-se necessária para o enfrentamento da transmissão comunitária do vírus.

Observa-se que, a saúde é direito de todos e dever do Estado, garantido mediante determinadas ações e políticas públicas à redução do risco de doença e de outros agravos e ao acesso universal e igualitário às ações e serviços para sua promoção, proteção e recuperação, na forma do artigo 196 da Constituição da República.

Em síntese, dada à importância da aquisição e a peculiaridade da situação em análise, urge reconhecer a necessidade a ser contratada como *emergencial* razão pela qual cabe a contratação direta para aquisição do objeto em questão, nos termos da Lei Federal n. 13.979/2020.

#### **IV - DA ESCOLHA DO FORNECEDOR OU EXECUTANTE**

A empresa escolhida neste processo para sacramentar a contratação do objeto pretendido, foi:

- DESCARTES COMERCIO DE EPI LTDA, CNPJ 33.318.013/0001-62, estabelecida na Rua Marselha 231 D/, Bairro Líder, Chapecó/SC, CEP 89805-205.

#### **V - DA RAZÃO DA ESCOLHA DO FORNECEDOR OU EXECUTANTE**

Em análise aos presentes autos, foram realizadas pesquisas de preços, tendo a empresa escolhida apresentado o menor preço.

A Contratação da empresa supracitada é compatível e não apresenta diferença que venha a influenciar na escolha, ficando esta vinculada apenas à verificação do critério do menor preço.

#### **VI - DA JUSTIFICATIVA DO PREÇO**

Dentre os parâmetros disposto no artigo 4-E § 1º, inciso VI da Lei Federal n. 13.979/2020, a aferição do preço foi realizada de acordo com o previsto na alínea “e”, todavia, diante da dificuldade de oferta do produto no mercado, utilizou-se também a aferição dos preços conforme disposto na alínea “c”.

#### **VII - DO PAGAMENTO E DA RUBRICA ORÇAMENTÁRIA**

O Município pagará pelo Objeto contratado, o valor global estimado de R\$ 3.870,00 (três mil oitocentos e setenta reais), conforme disposto no termo de referência.

As despesas decorrentes desta dispensa de licitação correrão a cargo da seguinte dotação: Projeto Atividade 2.019 – Elemento 3.3.90 - prevista na Lei Orçamentária do Exercício de 2020.

#### **VIII - DA REGULARIDADE FISCAL**

I - Prova de regularidade para com a Fazenda Federal compreendendo os Tributos administrativos pela Secretaria da Receita Federal, com validade para o dia 25/11/2020.

II – Prova de regularidade fiscal para com a fazenda Estadual do domicilio ou sede da licitante, expedida pelo órgão competente, com validade para o dia 28/07/2020.

III - Prova de regularidade perante a Fazenda Municipal, comprovado com Certidão Negativa de Débito, com validade para o dia 27/08/2020.

IV - Prova de regularidade perante o FGTS, comprovado com Certidão Negativa de Débito com validade para o dia 25/07/2020.

V - Prova de regularidade perante a Justiça do trabalho, comprovado com Certidão Negativa de Débito expedida com validade para o dia 24/11/2020.

#### **IX - CONCLUSÃO**

Assim, frente ao exposto, decide-se efetivar a presente dispensa de licitação, com fundamento no artigo 4º, da Lei Federal n. 13.979/2020, e subsidiariamente, na Lei Federal n. 8.666/1993.

Cordilheira Alta/SC, 29 de junho de 2020.

**FLAVIANO PERIM**

Presidente da Comissão Permanente de Licitações

**ANDRÉ RODRIGUES**

Membro da Comissão Permanente de Licitações

**NILVETE A. S. ATUATTI**

Membro da Comissão Permanente de Licitações

## **TERMO DE REFERÊNCIA**

### **1 – OBJETO**

O objeto da presente dispensa de licitação é a aquisição de protetores faciais e macacões de proteção, para enfrentamento da emergência de saúde pública de importância internacional decorrente do coronavírus (COVID-19).

### **2-JUSTIFICATIVA DA CONTRATAÇÃO**

A transmissão do coronavírus no Brasil já foi considerada comunitária, conforme Portaria do Ministério da Saúde n. 454/2020, com possibilidade de aumento e agravamento de casos. O enfrentamento de uma epidemia requer a contratação de materiais e insumos de prevenção de contágio, transmissão e manejo clínico dos casos diagnosticados.

A necessidade da contratação pública fundamenta-se em critérios técnicos tomando por base a doença e transmissão do vírus, assim como as projeções do seu comportamento, além das orientações dos órgãos oficiais de saúde, especialmente quanto à disponibilidade de materiais de higiene, e equipamentos hospitalares e de proteção individual, dentre outros bens e insumos que se fizerem necessários.

Neste sentido, é necessária a aquisição de macacões de proteção, uma vez que a última aquisição do referido objeto não foi suficiente para atender a demanda, por isso se faz necessário adquirir, de forma emergencial, visando a proteção dos servidores do Fundo Municipal de Saúde, para enfrentamento da transmissão comunitária do vírus, nos termos deste termo de referência, em conformidade com a Lei Federal nº 13.979 de 2020 e o Decreto Municipal nº 135/2020, que declarou situação de emergência no Município de Cordilheira Alta.

### **3 – ESPECIFICAÇÃO DO SERVIÇO/FORNECIMENTO**

Fornecimento de:

#### **ITEM 1- MACACÃO DE PROTEÇÃO IMPERMEÁVEL**

Material SMS (Spunbond/Meltblown/Spunbond) • Gramatura 50g/m<sup>2</sup> • Mangas logas • Capuz com elástico **CERTIFICAÇÃO:** De acordo com a RDC Nº 356, DE 23 DE MARÇO DE 2020 publicada pelo Ministério da Saúde na DOU de 31/03/2020 (nº 62, Seção 1, pág. 81) não se faz necessário a obrigatoriedade do registro ANVISA, INMETRO e CE junto ao Ministério do Trabalho. **INSTRUÇÕES DE USO:** Pré uso: Recomenda-se utilizar uniformes e/ou roupas de algodão por baixo da vestimenta. Ao retirá-lo da embalagem, deve-se realizar uma inspeção visual, a fim de verificar defeitos improváveis (descosturas ou rasgamentos), caso isso ocorra, realize a troca da vestimenta. Procedimentos para vestir e desvestir: Após inspeção visual, deve-se abrir o zíper, para facilitar a forma de vestir o EPI. Vista a perna direita, realizando o ajuste do elástico do tornozelo, em seguida repita a operação na perna esquerda. Insira o braço direito e realize o ajuste do elástico do punho, como realizado anteriormente nas pernas, em seguida, insira o braço esquerdo e repita o ajuste do elástico do punho. Vista o capuz e feche o zíper. Para desverter o macacão, abra o zíper frontal, retire o capuz e a parte dos ombros, em seguida, cuidadosamente, retire os braços e então as pernas. **PRECAUÇÕES E ADVERTÊNCIAS:** • Condições impróprias de armazenagem podem reduzir o tempo de vida útil do material; • Proteja este produto do calor, umidade e da luz; • Se a integridade do item estiver comprometida, descartar unidade; • Após o uso, higienizar corretamente; • Para descarte,

realizar em em local apropriado de acordo com as normas de descarte e sanitização de sua empresa e/ou hospital; • Utilize o EPI adequado para cada atividade.

Valor unitário R\$ 25,80 (Vinte e cinco reais e oitenta centavos);

Valor total R\$ 3.870,00 (três mil oitocentos e setenta reais).

#### **4 – LOCAL DA ENTREGA DO BEM/SERVIÇO**

Unidade de Saúde Francismar Severino Tozzo.

#### **5- PRAZO DE FORNECIMENTO:**

A entrega deverá ser efetuada imediatamente após o recebimento da Autorização de Fornecimento, em razão do caráter emergencial da aquisição.

#### **6 – VIGÊNCIA CONTRATUAL**

Até 30/08/2020, a contar da data de emissão da Autorização de Fornecimento e a respectiva nota de empenho.

#### **6-DO PAGAMENTO:**

O Município de Cordilheira Alta efetuará o pagamento, no prazo de 30 dias após a execução do objeto, mediante apresentação da nota fiscal, devidamente atestada pelo servidor responsável do Fundo Municipal de Saúde.

#### **7- – ACOMPANHAMENTO DA EXECUÇÃO**

O acompanhamento será realizado pelo Gestor do Fundo Municipal de Saúde, Sr. Sócrates Perim, ou por preposto designado.

Cordilheira Alta/SC, 29 de junho de 2020.

**SÓCRATES PERIN**  
**Gestor do Fundo Municipal de Saúde**

Aprovo e encaminho à Secretaria de Administração para as providências cabíveis.

Cordilheira Alta/SC, 29 de junho de 2020.

**ALTEMIR PEDERSSETTI**  
**Prefeito Municipal em exercício**